



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS -
FAJS

GILMARA MEDEIROS LEITE

**A (IN)VIABILIDADE DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
DE Nº 209/2012, QUE TEM POR OBJETIVO INSTITUIR NOVO FILTRO
RECURSAL PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

Brasília
2013

GILMARA MEDEIROS LEITE

**A (IN)VIABILIDADE DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DE Nº
209/2012, QUE TEM POR OBJETIVO INSTITUIR NOVO FILTRO RECURSAL
PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em Direito do Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB.

Orientador: Paulo Gustavo Medeiros
Carvalho

Brasília
2013

GILMARA MEDEIROS LEITE

**A (IN)VIABILIDADE DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DE Nº
209/2012, QUE TEM POR OBJETIVO INSTITUIR NOVO FILTRO RECURSAL
PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em Direito do Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB.

Orientador: Paulo Gustavo Medeiros
Carvalho

Brasília, de de 2013

Banca examinadora

Prof. Orientador: Paulo Gustavo Medeiros Carvalho

Examinador:

Examinador:

*“O norte da segurança jurídica
em um Estado de Direito é fator
de estabilidade das instituições
e do desejável cotidiano de
vida de um cidadão comum.”*
Antônio Pereira Gaio Júnior

RESUMO

Pensar em um Tribunal que solucionasse a crise vivida pelo STF e não imaginar um “filtro” que vetasse os recursos que tratavam de causas de menor relevância ou aqueles que são interpostos apenas para protelar o tempo acabaria resultando em nova crise, só que vivida agora pelo STJ. A instituição de novo requisito de admissibilidade para o recurso especial poderá sim, ser efetivo para o trabalho da corte superior, que deve ter tempo disponível para analisar causas de verdadeira relevância econômica, política, social ou jurídica para a sociedade. Por se tratar de Proposta de Emenda a Constituição o estudo realizado na pesquisa foi feito pelo método dedutivo, tendo como parâmetro o instituto da repercussão geral no recurso extraordinário. Será analisado os posicionamentos de doutrinadores, juízes e advogados a respeito dos conceitos de “causas relevantes” e posteriormente um estudo sobre a funcionalidade de tal instituto sob a visão Luhmanniana, para finalmente verificar a necessidade de estabelecimento de um filtro recursal tão rigoroso como a relevância da questão federal.

Palavras-chave: Processo civil. Repercussão geral. Superior Tribunal de Justiça. Filtro recursal. Emenda a Constituição. Relevância. Efetividade. Ministros. Recurso especial. Crise.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 FUNÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	9
1.1 Nascimento do STJ.....	9
1.2 Competência do STJ.....	10
1.2.1 Competência originária (art. 105, I).....	10
1.2.1 Competência Recursal Ordinária (art. 105, II)	12
1.2.2 Competência Recursal Especial	14
2 REPERCUSSÃO GERAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E RECURSO REPETITIVO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	20
2.1 Repercussão Geral e sua funcionalidade a partir da visão Luhmanniana.....	23
3 DA POSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO DA “RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL” – PEC Nº 209/2012 NO RECURSO ESPECIAL	27
3.1 Da justificativa para a criação do novo filtro recursal para o STJ.....	30
4 ESTUDO COMPARATIVO DE OUTROS FILTROS RECURSAIS SEMELHANTES AO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DE N. 209/2012	33
4.1 O uso dos filtros recursais da transcendência no TST e repercussão geral no STF e seus reflexos	33
4.2 A necessidade de inserção de novo filtro recursal para amenizar os efeitos da “crise do STJ”	41
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

As tentativas em resolver a crise vivida pelos Tribunais Superiores persistiram até os dias atuais. Como meio de desobstruir os escaninhos dos computadores dos ministros do Supremo, foi sugerido pelo ilustre professor *José Afonso da Silva* a criação de um Tribunal Superior de Justiça, que ficaria com a responsabilidade em julgar recursos que tratassem de questões de direito federal infraconstitucional, com isso diminuiria grande parte dos trabalhos do STF, permitindo que este tenha mais tempo para analisar os recursos extraordinários de alta relevância para a sociedade.

Com a transposição de parte das competências do STF para o STJ, verificou-se um acúmulo muito grande de recursos especiais e que este só aumentou com o passar dos anos.

A “crise do STJ” passou a ser assunto de alta relevância, tendo em vista a morosidade e ineficiência processual, pois ficou comprovado por meio de números apontados pelos próprios ministros do STJ, que a adoção dos julgados em repetitivos para o STJ, estabelecido pela Lei 11. 672/08 não resolveu muito o problema, vez que a metodologia estava interligada apenas à forma de procedimento.

A saída mais eficiente adotada pelo STF foi à inserção de um filtro recursal conhecido como repercussão geral, que permitiu o acesso à Suprema corte, somente aqueles recursos que realmente apresentam relevância econômica, política, social ou jurídica para a sociedade e que por isso merecem serem analisados em plenário.

A repercussão geral surgiu com a Emenda à Constituição nº 45/2004, também conhecida como a reforma do judiciário, atualmente prevista no artigo 102, § 3º da CF/88, é mais um dos pressupostos de admissibilidade do Recurso Extraordinário.

Tal ferramenta vem sendo utilizada desde 2005 pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de diminuir o número de processos e acelerar a máquina

judicial do STF, uma vez que este passaria a julgar apenas recursos de cujas às causas ultrapassassem os interesses das partes litigantes.

Por sua vez, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça à época, Ministro Ari Pargendler, com as mesmas alegações do STF, apresentou ao Excelentíssimo Ministro da Justiça, Proposta de Emenda Constitucional – PEC que insere a *relevância da questão federal* no STJ. De acordo com o presidente da corte superior, tal medida irá frear o número de recursos que chegam à suprema corte, bem como, diminuir a quantidade de processos dos escaninhos dos ministros, que se encontram abarrotados.

E o objetivo desse trabalho é demonstrar se a inserção de novo filtro recursal para o STJ irá diminuir o número de recursos que chegam até o STJ, que por uma questão de economia processual é necessário tomar medidas para dar efetividade ao sistema judiciário.

Bem como, despertar na sociedade a percepção das decisões do STJ como “bem público”, e que por isso é preciso que os ministros tenham tempo para debaterem questões iminentemente relevantes, mas é nesse ponto que surge uma das indagações para o desenvolvimento da pesquisa, o que seria uma causa que verse de questões relevantes? Como seria analisado cada recurso, ou ainda, se houver vários recursos semelhantes? Questões como estas foram discutidas ainda no pré-projeto da repercussão geral, mas importante elucidar alguns posicionamentos de doutrinadores e juízes.

A pesquisa foi realizada tendo como parâmetro dois institutos semelhantes ao que poderá ser instituído pela PEC 209/2012, a “transcendência” aplicada no recurso de revista e a “repercussão geral” no recurso extraordinário.

Também foi analisada a funcionalidade da repercussão geral para a máquina judicial, bem como, a sua influência no comportamento dos possíveis litigantes, às externalidades das decisões proferidas pelos tribunais superiores e seus reflexos.

A partir dessas análises pretende-se chegar a uma conclusão sobre a (in)viabilidade do estabelecimento desse novo “filtro” como forma de solução para a “crise” vivida pelo STJ, e se inserido, irá ou não ferir o direito de reanálise da tese dos litigantes.

1 FUNÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1.1 Nascimento do STJ

A criação de outro Tribunal se deu em razão da necessidade de resolver a crise vivida pelo Supremo Tribunal Federal, que por décadas teve por sua responsabilidade a preservação e a interpretação da Constituição e também da Lei federal. (SOUZA, 2010, p. 618).

Diversos mecanismos foram tomados na tentativa de solucionar o problema da suprema corte, como a arguição de relevância e os entraves regimentais e jurisprudenciais. Entretanto, o que se observou foi um considerado aumento de recursos que chegavam ao excelso Tribunal. (SOUZA, 2010, p. 618).

Surge a ideia de criação do Superior Tribunal de Justiça, proposta sugerida pelo professor José Afonso da Silva. Sua intenção era transferir a competência de julgar recursos que versavam sobre *direito federal* para esse novo tribunal e assim desafogar o acervo do STF. (SOUZA, 2010, p. 618).

Após inúmeros debates, o constituinte de 1988 estabeleceu o Superior Tribunal de Justiça, que passou a funcionar em sete de abril de 1989. Instalado na Capital Federal com jurisdição em todo território nacional.

Para que atuasse conforme o planejado o legislador constituinte transferiu ao novo Tribunal boa parte da competência antes pertencente ao STF, o transformando em verdadeiro guardião do ordenamento jurídico federal. Permitindo ao Supremo Tribunal Federal a prerrogativa exclusiva de controlar a constitucionalidade. Com a extinção do Tribunal Federal dos Recursos, foi repassada uma pequena parte de sua competência para o STJ, é o que se depreende da comparação entre o art. 105, I, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da atual Constituição com o art. 122, I, alíneas “b”, “c” e “e” da Carta de 1967.

Conclui-se, portanto, que o STJ não substituiu o antigo TFR, apenas herdou algumas competências. O que ocorreu na verdade, foi à transferência de boa parte da competência do extinto TFR para os atuais Tribunais Regionais Federais, o que

se infere a partir da comparação entre o art. 108, inciso I, alínea “a”, “c”, “d” e “e” e inciso II, da atual carta magna, com o art. 122, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, e inciso III, da Constituição de 1967.

1.2 Competência do STJ

De acordo previsto no art. 92, §§ 1º e 2º da Constituição, o Superior Tribunal de Justiça tem sede na Capital federal e jurisdição em todo território nacional. É composto por no mínimo, trinta e três ministros, nomeados pelo Presidente da República. Porém, nada impede à ampliação do número de ministros, uma vez que a restrição é o *mínimo*. Trata-se de competência privativa do STJ. Compete a ele a elaboração de um documento de propositura de ampliação do número de ministros, que deverá ser entregue nas mãos da autoridade legislativa competente.

Suas competências estão descritas no art. 105 da Constituição Federal de 1988. Entretanto, é possível dividir suas principais atribuições, doutrinariamente, em *originária*, *recursal ordinária* e *especial*.

Poderá ser acionado diretamente para processar e julgar causas originariamente (competência originária).

Um dos meios de recorrer ao Superior Tribunal é por meio do recurso ordinário, o qual será analisado em “única instância” (competência recursal).

Para o excelso tribunal cumprir uma de suas funções, de uniformizar a interpretação do direito federal infraconstitucional comum, foi estabelecido o recurso especial, o qual se permite à apreciação pelo STJ das decisões proferidas pelos tribunais de segundo grau, bem como os dissídios jurisprudenciais que versem sobre interpretação do direito federal infraconstitucional. (SOUZA, 2010, p. 619).

1.2.1 Competência originária (art. 105, I)

Compete ao STJ zelar pelos direitos fundamentais de algumas autoridades da República, quando esses não estiverem sob a jurisdição do Supremo Tribunal Federal. Deverá processar e julgar originariamente ações que apresentem ameaça

ou violação concreta de seus direitos ou quando estas autoridades violarem os direitos fundamentais dos cidadãos.

Portanto, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente, nos crimes comuns:

- a) Governadores dos Estados e do Distrito Federal;
- b) Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;
- c) Membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

Sendo assim, caberá ao STJ o processo e julgamento dos:

1) **Mandados de Segurança e dos Habeas Data**, contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;

2) **Habeas Corpus**, quando o coator ou o paciente for governador de Estado e do Distrito Federal, Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal; Membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais, ou quando o coator for tribunal, sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado, ou Comandante da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

3) **Mandados de Injunção**, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os atos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da justiça Eleitoral, da justiça do Trabalho e da justiça Federal.

1.2.1 Competência Recursal Ordinária (art. 105, II)

O recurso ordinário, também conhecido como “recurso ordinário constitucional” foi recepcionado pela primeira Constituição republicana brasileira, de 1891, estabelecido nos artigos 59, inciso II, e 61. Após um longo processo de transformação, atualmente, está previsto nos arts. 102, inciso II, e 105, inciso II da Carta Magna de 1988.

No âmbito infraconstitucional, o recurso ordinário, encontra-se no art. 496, inciso V, 539 e 540, as hipóteses de cabimento estão previstas no art. 539 todos do Código de Processo Civil.

Trata-se de uma espécie recursal extraordinária prevista na Constituição Federal, que devolve ao órgão *ad quem* o “conhecimento da matéria impugnada”, de acordo o estabelecido nos arts. 515, *caput* e parágrafos, aplicável por analogia, e 516, ambos do CPC.

Diferentemente do que acontece com o recurso especial e extraordinário, que só analisam matéria de direito, o recurso ordinário analisará também a matéria de fato. Trazem em comum uma característica, só é possível a propositura desses contra acórdão proferido em “única instância”, ou seja, em processo de sua competência originária. Por exemplo, acórdão emanado de qualquer dos “Tribunais Superiores” (art. 102, II, a, da CF.) e de Tribunal Regional Federal ou de Tribunal local (art. 105, II, b, da CF.). E ainda, a decisão impugnada deverá ser denegatória de mandado de segurança, ou *habeas datas* ou mandado de injunção. Compreende-se pelo termo, “denegatória”, quer a sentença que rejeita o pedido no mérito ou a que extingue o processo sem resolução do mérito. Quando a decisão for concessiva caberá recurso especial ou extraordinário, dependendo do caso. . (SOUZA, 2010, p. 576-577)

Resumidamente, o RO não se submete às restrições dos regimentos internos das Cortes Superiores, portanto, não haverá incidência dos enunciados ns.

5, 7 e 211 da súmula do STJ, bem como os de ns. 279, 280, 282, 356, 389, 399, 454 e 636 da Súmula do STF.

Os Tribunais competentes, STJ e STF, atuam como verdadeiras cortes de segundo grau, quando analisam o recurso ordinário, pois exercem o duplo grau de jurisdição. (SOUZA, 2010, p.577)

De acordo o estabelecido no art. 508, na redação da Lei nº 8.950, o prazo para interposição do recurso ordinário será de 15 dias, tanto para o STJ como para o STF, valendo as regras comuns de contagem, prorrogação, interrupção e suspensão.

Apesar de muitas semelhanças o recurso ordinário não pode ser confundido com o recurso de apelação, os dois são espécies recursais autônomas, conforme o art. 496, incisos I e V, do CPC. Entretanto, enquanto a apelação serve para atacar sentença, o recurso ordinário tem o condão de impugnar acórdão. Havendo apenas uma exceção em que é possível combater os efeitos da sentença por meio de recurso ordinário, em causas internacionais, de acordo o previsto na alínea “b” do inciso II, do art. 539 do CPC.

No que tange à forma de interposição, não é possível interpor recurso ordinário via adesiva, ao contrario da apelação, que pode ser interposta de forma independente ou subordinada (art. 500, II e 496 do CPC).

Quanto à forma da apreciação dos dois recursos também é distinta, o julgamento da apelação deverá ocorrer com a participação de três votantes, podendo a causa ser decidida por dois votos contra um. No caso do recurso ordinário, poderão participar os cinco ministros que compõe a turma julgadora. Porém, a decisão deve ser tomada pela maioria absoluta da turma julgadora do STJ (art. 41- A da Lei n. 8. 038).

É possível vislumbrar algumas semelhanças, como por exemplo, o prazo para a interposição da apelação e do recurso ordinário é de 15 dias, o mesmo do

recurso especial e recurso extraordinário. O mesmo acontece no que diz respeito aos requisitos de admissibilidade e procedimento na origem (art. 540 do CPC e art. 247 do RISTJ). Via de regra, assim como a apelação, o recurso ordinário tem *efeito devolutivo amplo*, sendo assim, a análise do Tribunal Superior fica limitada ao objeto da impugnação do recurso, porém, é possível a apreciação de fatos novos em casos excepcionais, podendo ainda o tribunal conhecer das matérias que lhe competiriam examinar de ofício, em qualquer tempo ou grau de jurisdição (*efeito translativo*).

O interessado em interpor recurso ordinário terá de fazer uma petição (art. 514 do CPC), que deverá ser dirigida à autoridade judiciária competente, o presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido, para a prolação do primeiro juízo de admissibilidade, o mesmo não ocorrerá em causa internacional, quando o direcionamento será para o juiz federal que proferiu a sentença recorrida. A petição do recurso ordinário deve ser acompanhada das suas respectivas razões do pedido de reforma, pois as mesmas não poderão ser apresentadas a *posteriori*. Ao final da peça deverá conter o pedido de novo julgamento. Tal petição deverá ser assinada por advogado com instrumento de mandato já nos autos ou apresentado na interposição do recurso. Todavia, isso não é impedimento certo para conhecimento do recurso, vez que é de escolha do legislador em razão da instrumentalidade, também na fase recursal.

Apesar do §4º art. 515 falar da apelação, a regra vale para todos os recursos. Sendo discricionário ao juiz a concessão de prazo adicional de 5 dias (prazo estabelecido em razão de omissão do §4º do art. 515 do CPC), que só começa a correr após a regular intimação. A decisão de não aceitação do recurso por motivo de irregularidade formal só poderá ser proferida após o decurso do prazo adicional, sem manifestação do recorrente para regularização da representação.

1.2.2 Competência Recursal Especial

É por meio da competência recursal especial que o Superior Tribunal de Justiça irá resguardar a Lei federal e ao mesmo tempo uniformizar a jurisprudência dos Tribunais.

Uma novidade trazida pela Constituição Federal de 1988 foi à transferência da competência de julgar as causas que versavam sobre Lei federal ao STJ, antes atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

Nos termos do art. 105, III, “a”, “b” e “c” (alterado pela Emenda Constitucional nº 45, de 8.12.2004), caberá *recurso especial* contra as causas decididas em única ou última instância, quando o Tribunal Regional Federal ou tribunal local, ao tentar resolver questões de direito legal federal:

- a) Contrariar ou negar vigência a dispositivo de lei federal ou de tratado;
- b) Considerar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) Atribuir a preceito de lei federal interpretação divergente da conferida por outro tribunal.

Todas essas alíneas podem ser questionadas conjuntamente ou separadamente, ou seja, é possível que em uma única causa se verifique a violação do disposto nas três alíneas ou em duas alternadas (“a” e “c”) ou apenas em uma.

Diferente do recurso ordinário, não cabe ao recurso especial o reexame fático probatório (Súm. n. 7 do STJ). Devendo ser alegado os preceitos federais violados.

Por meio do recurso especial é possível impugnar acórdão prolatado pelos tribunais federais e tribunais de justiça dos Estados-membros e do Distrito Federal, ou no julgamento de outro recurso, bem como em situações de reexame obrigatório em segundo grau de jurisdição. Lembrando que a decisão impugnada não necessariamente precisa ser de mérito, basta, por exemplo, que a decisão proferida em acórdão seja diferente do consagrado em decisão de outro tribunal.

Destarte, será cabível recurso especial de decisões, sejam elas com julgamento do mérito, sem análise do mérito ou ainda de questões incidentais decididas na causa, como por exemplo, acórdão pronunciado em agravo de instrumento de decisão interlocutória.

Ainda no que concerne ao ataque de decisões por meio de Resp., vale lembrar que não é possível impugnar decisão proferida por juiz de primeiro grau, pois de acordo o previsto na CF./88, recurso especial será cabível apenas contra decisões de *tribunais*.

É necessário o esgotamento de todos os recursos cabíveis e de todas as instâncias inferiores antes de interpor recurso especial. Trata-se de um condicionamento previsto no verbete n. 207 da Súmula do STJ: “É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem”.

De acordo entendimento da Súm. n. 203 do Superior Tribunal de Justiça: “não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais”. Conclui-se, portanto, que não há possibilidade de atacar acórdão exaurido por turma recursal, pois esta compõe os Juizados Especiais e não a um “real tribunal”.

Da mesma forma não caberá recurso especial para impugnar decisão monocrática de desembargador de tribunal de justiça ou tribunal regional federal, cabível nesse caso, agravo interno ou regimental. Será admitido recurso especial pelos *tribunais de justiça militares*, em causas decididas em única ou última instância. Todavia, não caberá recurso especial para o STJ contra as decisões proferidas pelos tribunais militares federais e Superior Tribunal Militar, uma vez que esses compõem a justiça militar federal, enquanto que os tribunais de justiça militar integram as cortes locais. Da mesma forma não caberá recurso especial de causas decididas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral. (SOUZA, 2010, p. 624)

Não será admitido recurso especial contra decisão dada pelo próprio Superior Tribunal de Justiça, mesmo em casos de competência originária ou em âmbito de recurso ordinário. Da mesma forma não será possível à interposição de recurso especial contra julgado do Supremo Tribunal federal, ainda que seja explícito a violação de lei federal.

Por fim, não será admitido recurso especial contra acórdão do Tribunal de Contas da União, vez que este não integra o poder judiciário, não exercendo, portanto, função jurisdicional. Além do mais, os tribunais de contas são órgãos auxiliares do Poder Legislativo e suas decisões tem natureza meramente administrativa.

O prequestionamento é um dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial e consiste na discussão e resolução da questão de fato. Importante lembrar que a matéria jurídica ventilada no recurso especial dever ter sido decidida até mesmo quando ocorrer erro de procedimento no julgamento do tribunal de origem.

Para que haja prequestionamento é necessário que a matéria objeto do recurso tenha sido decidida em última ou única instância, para que só então, seja explanado o direito federal infraconstitucional violado. É o que depreende dos verbetes ns. 282 e 356 da Súmula do STF, aplicados por analogia ao recurso especial.

No que diz respeito à forma de arguição do prequestionamento do dispositivo legal, pode ser ele explícito ou implícito, ou seja, mesmo que não destacado o artigo violado, mas apresentado à tese de defesa, terá por satisfeito o prequestionamento. Entretanto, a tese jurídica deverá ser sempre explícita.

De inspiração norte-americana, o recurso extraordinário é o meio pelo qual se permite a apreciação pelo Supremo tribunal Federal de alguma violação de preceito constitucional federal. É possível sua interposição contra decisão de única ou ultima instância que:

- a) Contrariar dispositivo da Constituição Federal;
- b) Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) Considerar válida ato de governo local contestado em face da Constituição Federal;
- d) Prestigiar lei local cuja validade for contestada em face de lei federal.

Todas essas hipóteses podem ser ventiladas conjuntamente ou separadas.

O prequestionamento estabelecido no enunciado n. 282 da súmula do STF elucida que: “*É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada*”. Para ratificar a importância do prequestionamento o dispositivo n. 356 da Súmula do excelso Tribunal, estabelece: “*O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito prequestionamento*”. Conclui-se, portanto, que se a matéria constitucional auferida no recurso extraordinário não trouxer nenhum julgado no processo, ou ainda, se a decisão jurisdicional for de primeira instância e não da última, o recurso não será conhecido, por se tratar de um requisito de admissibilidade. (SOUZA, 2010, p. 628)

Lembrando que não importa o recorrente, seja terceiro prejudicado ou até mesmo o Ministério Público, é indispensável à apresentação do prequestionamento para que o recurso extraordinário seja conhecido.

Existem algumas espécies de prequestionamento, como o *numérico*, o qual se menciona expressamente, no bojo da decisão recorrida, o preceito tido por violado. Ocorrerá prequestionamento *explícito*, quando a decisão recorrida solucionar a violação ao preceito constitucional, ainda que sem a menção do dispositivo violado. Já o prequestionamento *implícito* é ao contrário, não haverá uma solução para a questão constitucional tida por violada, no julgado recorrido, ainda que se tenha apresentado outras peças processuais, como a contestação. O prequestionamento *ficto* é aquele em que mesmo opostos embargos declaratórios, não se obteve uma solução para o caso em questão. Em regra, só há prequestionamento numérico ou explícito, mesmo com essas classificações doutrinárias e jurisprudenciais. Entretanto, o Supremo reconhece o *prequestionamento ficto* e descarta a hipótese de prequestionamento implícito.

É necessário o esgotamento de todos os tipos de recursos para as instâncias inferiores, antes a interposição do recurso extraordinário, conforme a Súmula n. 281 da Súmula do Supremo Tribunal Federal: “*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*”. Na mesma linha, é inadmissível recurso extraordinário contra acórdão denegatório de mandado de segurança, de competência originária de tribunal

regional ou local. Nesse caso, o correto é a interposição de recurso ordinário para o STJ. É o que se apreende da Súmula n. 272 do Supremo: *“Não se admite como ordinário, recurso extraordinário de decisão denegatória de mandado de segurança”*.

Destarte, não se vislumbra a hipótese de recurso extraordinário contra sentença prolatada por juiz de primeiro grau dos juizados especiais. À luz do artigo 41 da Lei n. 9.099 e nos arts. 1º e 5º da Lei n. 10.259, caberá recurso inominado contra sentença proferida pelos juizados especiais, e da decisão do recurso inominado será possível o recurso extraordinário.

2 REPERCUSSÃO GERAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E RECURSO REPETITIVO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Assim como a repercussão geral adotada pelo STF para filtrar os recursos extraordinários, o STJ se assegura nos julgados em repetitivo para diminuir o número de recursos especiais que são interpostos perante o tribunal.

A repercussão geral foi instituída pela Lei n. 11.418/2006, a qual acrescentou o §3º no art. 102 da Constituição Federal, e pela Emenda Regimental n. 21, de 3 de maio de 2007. O procedimento especial para julgamento dos recursos repetitivos foi estabelecido pela Lei n. 11.672/2008, a qual acrescentou o art. 543-C ao Código de Processo Civil.

A repercussão geral das questões constitucionais é mais um pressuposto especial de admissibilidade do RE, submetidas ao STF para reexame da decisão proferida pelo tribunal *a quo*. Cabe ao pleno do Supremo não conhecer quando não verificado a repercussão geral no objeto constitucional do RE, ou seja, o recurso só não será admitido pela manifestação de dois terços de seus membros, ou seja, de pelo menos 8 de seus 11 Ministros. Embora seja competência das turmas do STF julgar recurso extraordinário, a análise dessa questão preliminar deve ser feita pelo pleno, a quem devem ser remetidos os autos. (SOUZA, 2010, p. 703)

Da decisão de não admissibilidade, não cabe agravo e nem qualquer outro recurso, portanto, irrecurável. Porém, se verificado vícios do art. 535 do CPC, poderá ser completada ou aclarada por EDcl, que poderão ser opostos pela parte ou por terceiro (499 do CPC), por se tratar de decisão-quadro de que poderá revestir-se a decisão do STF. Poderão ser corrigidos *ex officio* ou a pedido da parte os erros de fato e materiais.

No que concerne à demonstração da repercussão geral como preliminar das razões recursais, o recorrente terá que alegar em tópico especial preliminarmente a repercussão geral na hipótese concreta, de maneira fundamentada e formalizada, além de apontar os requisitos necessários ao cabimento do RE (CPC 541 II). Quanto ao juízo de admissibilidade, não compete ao Tribunal *quo* analisar os requisitos de admissibilidade do RE, cabendo apenas ao STF tal função.

Presume-se que há repercussão geral em decisões contrárias à súmula simples ou vinculante do STF, ou ainda, jurisprudência dominante do Pretório Excelso. Com efeito, o RE que discute decisão de tribunal inferior contrária às decisões da suprema corte, entende-se que há repercussão geral. Porém, trata-se de presunção relativa (*iuris tantum*), pois é possível que o STF mude seu entendimento em relação às questões anteriormente decididas, e não reconhecer a repercussão geral. (SOUZA, 2010)

Da decisão negativa ou positiva sobre a repercussão geral, a turma ou pleno do STF expedirá súmula contendo o enunciado da tese jurídica afirmada pelo tribunal e valerá como acórdão.

Havendo multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a repercussão geral será analisada pelo RISTF, de acordo estabelecido no artigo § 1º do art. 543-B, do CPC. Será escolhido pelo Tribunal de origem um ou mais recursos representativos de controvérsia para ser julgado, enquanto os outros ficarão sobrestados até o pronunciamento da Corte do que foi selecionado.

Para que o *recurso extraordinário* seja conhecido é necessário que o recorrente aponte a repercussão geral, em preliminar do recurso, para a apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal. (SOUZA, 2010, p. 700)

Como simples parâmetro para o entendimento de “questão relevante”, é possível visualizar o reflexo das decisões que ultrapassam a esfera das partes, se tratando, portanto, de situações metaindividuais, podendo ser de natureza jurídica, política, econômica ou social. (SOUZA, 2010, p. 700)

A competência e o procedimento para o julgamento dos recursos repetitivos ocorrem de forma diferente da repercussão geral. O art. 543-C do CPC e a resolução n. 8 regulam sobre o procedimento especial para o julgamento dos recursos repetitivos, o qual ocorrerá toda vez que houver multiplicidade de recursos especiais acerca da mesma questão federal. (SOUZA, 2010, p. 672)

O julgamento desses recursos especiais repetitivos deve ser realizado por seção especializada ou pela corte especial, não sendo permitido o julgamento por simples turma de cinco ministros. Vez que um colegiado de dez ou quinze ministros permite uma interpretação mais precisa sobre a matéria federal tratada nos recursos repetitivos, possibilitando uma imediata uniformização da interpretação da lei federal.

Como já explicitado anteriormente, os recursos repetitivos, em regra, são analisados pelas seções especializadas do STJ, salvo quando a matéria de direito controvertida for de competência exclusiva da corte especial. O julgamento por esses colegiados, além de permitir a imediata fixação de orientação jurisprudencial, permite uma maior celeridade, tendo em vista a impossibilidade de embargos de divergência contra acórdãos proferidos pelas seções especializadas ou pela Corte Especial, conforme previsto no art. 546 e inciso I, do Código de Processo Civil.

Diante da multiplicidade de recursos especiais que versem sobre mesma matéria, serão escolhidos alguns recursos que melhor demonstrem a questão idêntica enquanto os outros ficarão sobrestados no tribunal de origem até que seja proferida decisão de algum dos recursos representativos.

É possível a intervenção de terceira pessoa conhecida como *amicus curiae*, que pode ser um órgão ou entidade, para se manifestar por escrito a respeito da matéria controvertida, no prazo de quinze dias. Após esse prazo, abre-se vista ao Ministério público, para que possa atuar como fiscal da lei, tendo o mesmo prazo, de quinze dias, para emitir seu parecer.

Com o parecer do MP os autos sobem conclusos ao ministro-relator, para a elaboração do relatório. O relatório deve seguir os critérios previstos no parágrafo único do art. 549, do CPC. Após a construção do relatório o ministro-relator pedirá dia para o julgamento.

Após o julgamento o acórdão paradigma deve ser veiculado no Diário da Justiça eletrônico, bem como, repassado, por meio de ofício a todos os presidentes dos tribunais de segundo grau, para que os recursos suspensos sejam processados.

2.1 Repercussão Geral e sua funcionalidade a partir da visão Luhmanniana

Ulisses Schwarz Viana fez um estudo sobre a repercussão geral à luz da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann (VIANA, 2010). Uma das partes de maior importância para a pesquisa trata da observação funcional da repercussão geral no recurso extraordinário. Ulisses começa com uma indagação: Por que uma observação sistêmico-funcional da repercussão geral? Como anteriormente abordado, com o surgimento da arguição de relevância que antecedeu o instituto da repercussão geral, tem-se demonstrado a necessidade de tentar reduzir os recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal devido ao constante crescimento de recursos extraordinários e agravos de instrumento que são interpostos na Instituição, desencadeando uma grave crise de inviabilização do exercício da função da Corte.

Nessa perspectiva, há uma grande possibilidade da repercussão geral se constituir como um filtro recursal eficaz, de forma a racionalizar o procedimento dos recursos repetitivos, que tratem das mesmas questões constitucionais, abandonando assim, o foco de proteção somente dos interesses subjetivos das partes que estão no processo.

Devido à mudança do paradigma para um foco mais objetivo da questão constitucional,

A repercussão geral no recurso extraordinário - dotada de efeito vinculante eficácia *erga omnes*- será instrumento bastante útil para a redução da carga inadmissível de trabalho, a que se tem submetido o Supremo Tribunal Federal, há várias décadas. Isso também a depender do modo como será o instituto operacionalizado e direcionado na jurisprudência da Suprema Corte. (VIANA, 2010, p.124)

Viana ainda esclarece que o que se pretende com a obra dele é ainda mais amplo, tem por objetivo demonstrar que a repercussão geral no controle difuso de constitucionalidade servirá para ampliar o direito, ou seja, visa com tal instituto atingir possibilidades que vão muito além de reduzir a carga de processos, são questões que não são predeterminadas.

Assim, aberto para um horizonte de infindáveis possibilidades, o direito como um subsistema do sistema, deverá observar reflexivamente, suas operações, a maneira como estas se dirigem ao sistema que elas fazem parte. Tal contexto é denominado sistêmico, ao qual está inserida a repercussão geral no recurso extraordinário.

Destarte, a repercussão geral deve ser analisada dentro do sistema funcional do direito, como por exemplo, o fato de como ela é refletida nas decisões que são dotadas de repercussão geral nos demais subsistemas. Bem como, tendo sido gerada como programa procedimental apto a afirmar o sistema funcional do direito como direito da sociedade, não simplesmente como direito estabelecido pelo Estado de maneira formal.

Com base em Luhmann, que diz que todas as operações do direito são operações que se efetuam dentro da sociedade, e acabam por isso sendo da sociedade, tal sistema realiza a sociedade no que se diferencia dela, consistindo na imersão do direito na sociedade.

O que por outro lado, não descarta os outros subsistemas sociais que fazem parte do ambiente do direito, e que juntamente com o sistema funcional do direito, estão imersos na sociedade. O direito deve aprender com a sociedade e na sociedade.

Por isso, que o autor afirma que a repercussão geral, como um sistema deve adaptar-se ao seu ambiente, incluindo, sobretudo, o sistema funcional do direito. Entre outras considerações, importante o que salienta o autor:

Neste aspecto, a repercussão geral deve ser observada como instrumento interno de abertura cognitiva do subsistema autopoiético do direito, que lhe permitirá a identificação, em temas constitucionais, dos acoplamentos estruturais (entre eles e os demais subsistemas), os quais surgem do reconhecimento de questões relevantes “do ponto de vista econômico, político, social, jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.” (VIANA, 2010, p.126)

Esse acoplamento de subsistemas é o que fará uma maior adaptação do sistema parcial do direito ao seu ambiente social. Assim como ajudará a processar

adequadamente os estímulos e/ou perturbações no processo cognitivo do sistema jurídico no controle de constitucionalidade por meio do recurso extraordinário.

Esses novos conhecimentos, serão internalizados pelo Direito de modo autorreferencial, que acabarão por servir para a produção de decisões sistêmicas no controle difuso de constitucionalidade, fazendo com que o Direito evolua, e conseqüentemente haverá uma maior adaptação aos programas finalísticos dos sistemas funcionais do ambiente social.

Ademais, afirma o autor que o que se quer demonstrar é que o instituto da repercussão geral pode ser um instrumento mais abrangente e útil para a sociedade, além do que se pensava antes, o instituto como mero filtro recursal.

Entretanto, para que isso ocorra é necessário que haja uma redução numérica considerável dos feitos que são submetidos à suprema corte. O próprio direito irá estabelecer a abertura cognitiva dentro da sua autorreferência em torno da especificação binária do código valorativo do direito como relevância constitucional x irrelevância constitucional.

Ulisses diz que o sistema do direito ao interagir com outras disciplinas, devido à relevância econômica, política e social, fará de forma seletiva a transformação desses conteúdos em conhecimento, informação jurídica, dando validade interna às condições do ambiente.

Complementa:

Significa que, pelo efeito vinculante e pela eficácia *erga omnes* da decisão de mérito do recurso extraordinário- no qual previamente se reconheceu a repercussão geral- serão identificados valores comuns ou complementares que traduzam a identificação de um acoplamento estrutural entre o direito e outro subsistema do ambiente- como, por exemplo, com a economia- que indiquem a necessidade de coevolução dos sistemas envolvidos. (VIANA, 2010, p.127)

pelo fato de compartilharem valores sociais que demandam uma coevolução. O que inclusive está arraigado quando se estabelece que a repercussão geral gire em

torno dos pontos de vista econômico, político, social e jurídico, parâmetros do art.543-A do CPC.

Dessa forma, operações econômicas e políticas, serão convertidas em temas constitucionais com repercussão geral, isto é, será vista como uma relação entre sistemas relevantes, sem desconsideração de outros sistemas funcionais, o que acarretará no desenvolvimento coevolutivo dos sistemas parciais da sociedade.

É a partir daí que a repercussão geral se consubstanciará como instrumento essencial, observando como as operações do direito são dirigidas ao seu ambiente, com a consideração funcional de se verificar os possíveis efeitos que gerarão no sistema as decisões realizadas pelo Supremo Tribunal Federal, no caso do recurso extraordinário objetivado. E assim, a Corte deixará de se pautar por consequências valorativas causais, e se pautará pela interação coevolutiva funcional entre os programas condicionais e os programas finalísticos.

3 DA POSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO DA “RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL” – PEC Nº 209/2012 NO RECURSO ESPECIAL

Diante os bravos esforços dos ministros e funcionários do STJ parecia que tudo estava prestes a ser resolvido, que o monstruoso estoque de processos não mais assombraria ao excelso tribunal, e que os escaninhos finalmente seriam zerados no final de 2010, até ressurgir das trevas o mal que atormentava a todos, o vultoso número de ações para serem julgadas pelos ilustres ministros no ano seguinte.

Fato esse destacado em matéria do Anuário da Justiça, (ANUÁRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 108).

“Em 2011, chegaram à corte 291 mil processos, superando em 62 mil casos os distribuídos no ano anterior. Para piorar os ministros decidiram menos: foram julgados 317 mil processos em 2011 contra os 330 mil julgados em 2010.”

Perceberam que não iria resolver o problema mesmo estipulando metas por mês ou por ano, até porque a questão está mais voltada para o hábito de demandar do brasileiro.

Os ministros competentes em julgar ações de matéria penal já vinham demonstrando certa preocupação com o crescente número de *Habeas Corpus*.

Veja o que descreve a revista supracitada, p. 108:

“O sinal de alerta soou quando o tribunal recebeu o processo de *Habeas Corpus* número 200.000. Durante 19 anos, desde sua instalação em 1989 até 2008, o STJ recebeu 100 mil pedidos de HC. Nos três anos seguintes, o número dobrou.”

A preocupação não é somente acabar com o número de ações, mas dar um julgamento de qualidade, o que está cada vez mais difícil, pois as cobranças por parte dos advogados aumenta proporcionalmente.

Uma das soluções apontadas pelo Ministro do STF, Marco Aurélio, foi dobrar o número de ministros de 33 para 66, uma vez que não havia restrição em nossa Constituição para esse feito. (ANUÁRIO DA JUSTIÇA, 2012)

Entretanto, existem posicionamentos contrários ao do ilustre ministro, um deles é do ex-presidente do STJ, Ari Pargendler:

“Entendo que o STJ deveria criar a 4ª seção, porque é necessário liberar urgentemente a 3ª seção de tudo que não tem relação com matéria penal. A 4ª seção seria competente para decidir questões previdenciárias e tudo que diz respeito ao trabalho. Mas um aumento maior seria completamente impróprio.” (ANUÁRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 114).

Se posicionando de forma eficiente, Pargendler não é totalmente contrário, mas para ele basta criar mais uma seção para desobstruir os escaninhos da 3ª seção, sendo inviável dobrar o número de ministros.

Posicionamento importante do ministro Luiz Felipe Salomão:

“Quanto maior o número de julgadores, mais se corre o risco de pulverizar a jurisprudência. Para a finalidade para a qual o tribunal foi criado, quanto maior, pior.” (ANUÁRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 109).

Percebe-se que sua preocupação em relação ao aumento do número de ministros está voltada para a violação de uma das principais funções do STJ, a uniformização de jurisprudências.

Tal preocupação levou o colegiado a se movimentar em busca de soluções para frear o crescimento exacerbado de ações.

Providências internas foram tomadas para amenizar a situação, uma delas foi à transferência de ações previdenciárias da 1ª para a 3ª seção.

Outra medida adotada foi o estabelecimento da Emenda 13 a qual direciona ao presidente do STJ o poder de decisão dos *Habeas Corpus*, antes da distribuição.

Veja o que estabelece a Emenda Regimental n. 13, de 9 de maio de 2011:

“Art. 21 [...]

XIII -

K) até eventual distribuição, os *habeas corpus* e as revisões criminais inadmissíveis por incompetência manifesta, impetrados ou ajuizados

em causa própria ou por quem não seja advogado, defensor público ou procurador, encaminhando os autos ao órgão que repute competente.” (BRASIL, 2012)

Essas foram algumas proposituras que tiveram um reflexo bom, porém longe de mecanismos eficientes, que realmente vetassem a entrada de qualquer demanda ao superior tribunal.

Surge então, a Proposta de Emenda a Constituição de n. 209/2012, que recepciona o instituto da relevância da questão federal no STJ, **mecanismo parecido com a repercussão geral no STF.**

Se aprovada, a PEC poderá finalmente filtrar os casos que transcendam às partes, ou seja, que demonstre um interesse geral, que a decisão reflita sobre os interesses da sociedade.

É possível notar a satisfação dos ministros com a aprovação da PEC em questão. Para eles não existe medida mais eficiente do que criar um filtro poderoso capaz de solucionar a crise vivida pelo STF em décadas anteriores.

O ministro do STJ, Campbell Marques, é plenamente favorável à adoção de um novo requisito de freio das ações que chagam ao excelso tribunal, vez que é cada vez maior o número de casos “simples” que poderiam ser findados em instâncias inferiores. Claro é seu posicionamento sobre os milhões de recursos:

“Mas aqueles milhões que devem realmente ser submetidos à corte, que não é uma corte de cassação. Não acredito que o contribuinte concorde em custear uma sessão que reúne cinco ministros para discutir habeas corpus para animais, sem embargo de que os animais sejam tutelados na forma já prevista em lei.” (ANUÁRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 110).

Já para a Ministra Isabel Gallotti, da 4ª turma do Superior Tribunal de Justiça, a aprovação da PEC não irá resolver o acúmulo e muito menos frear o número de recursos que chagam ao STJ,

“Acho que não vai resolver o problema, ao menos no STJ. Hoje em dia, as ações já podem ser executadas sem o julgamento do recurso especial porque não tem efeito suspensivo. E o que acontece? As

“pessoas vêm ao STJ porque cabe o recurso. Vamos continuar com o mesmo volume de processos.” (ANUÁRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 145)

Em se tratando de efetividade da prestação jurisdicional, o Ministro Marco Buzzi, do mesmo tribunal, expõe bem seu posicionamento, favorável a PEC dos recursos:

“Sou quase 100% a favor dela, por causa do costume de se interpor recursos. Ela é necessária para dar efetividade às decisões do primeiro e segundo graus. Temos de pensar é na efetividade da prestação jurisdicional. Se já houve a discussão entre as partes, o ajuizamento, a contestação, a sentença, um recurso, as contrarrazões e está em um tribunal com acórdão, isso, para mim, não é pouco. Se o processo já passou por dois julgamentos, acredito que devemos cumprir a sentença.” (ANUÁRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 146).

A PEC que regulamenta a relevância da questão federal encontra-se atualmente na câmara dos deputados aguardando decisão do plenário, por se tratar de assunto de extrema importância.

3.1 Da justificativa para a criação do novo filtro recursal para o STJ

O estabelecimento de um novo requisito de admissibilidade do recurso especial se deu em razão do exagerado número de ações que chegam por dia ao colegiado.

Esse foi o motivo que levou os ilustres ministros a se movimentarem em prol de uma solução para o problema.

E por essas razões foi proposta Emenda à Constituição de nº 209/12, pela Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES) e pelo deputado Luiz Pitiman (PMDB/DF), a qual se aprovada irá inserir o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único. *In verbis*:

"Art. 105 [...]

§ 1º No recurso especial, o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços dos membros do órgão competente para

o julgamento. § 2º Funcionário junto ao Superior Tribunal de Justiça:[...]” (BRASIL, 2013)

Pensar na repercussão geral como uma saída, foi uma das propostas mais bem aceita pelos nossos magistrados, principalmente pelo o reflexo do estabelecimento desse instituto ao recurso extraordinário, que conseguiu diminuir numericamente os recursos que chegavam ao pretório tribunal.

Informação extraída da proposta de Emenda à Constituição nº 209/12:

“Conforme se pôde depreender numericamente no caso da Excelsa Corte, quanto à distribuição processual, de 159.522 (cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois) processos em 2007 (ano em que a Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006, entrou em vigor, regulamentando infraconstitucionalmente o § 3º do art. 102, da Constituição Federal), reduziu-se para 38.109 (trinta e oito mil, cento e nove) processos em 2011.” (BRASIL, 2013)

Verifica-se que o Superior Tribunal de justiça está passando por uma crise semelhante à vivida pelo Supremo, e foi com a recepção de um novo requisito de admissibilidade que a mesma foi superada.

A inserção de um novo pressuposto de admissibilidade ao Recurso Especial possibilitará a análise da relevância da questão federal a ser decidida.

Devendo o recurso apresentar de imediato à questão federal infraconstitucional relevante a ser apreciada, seja ela política, econômica, social ou jurídica, para que o recurso seja analisado, ou seja, será apreciado o mérito da questão se ficar demonstrado à importância do assunto para a sociedade como um todo, devendo o interesse do particular transcender, e que a decisão proferida após análise tenha uma repercussão em outros processos.

Questão ressaltada na PEC 209/12:

“Resta por necessária à adoção do mesmo requisito no tocante ao recurso especial, recurso esse de competência do STJ. A atribuição de requisito de admissibilidade ao recurso especial suscitará a apreciação de relevância da questão federal a ser decidida, ou seja, devendo-se demonstrar a repercussão geral, considerar-se-á a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista

econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.” (BRASIL, 2013)

No modelo atual, basta que o recurso especial apresente todos os requisitos de admissibilidade necessários para o conhecimento do mesmo. Com a adoção do novo requisito o interessado deverá apresentar em tópico especial a “relevância da questão federal”, caso não seja verificado os pressupostos citados, o REsp restará por rejeitado ou não será conhecido.

Os propositores da PEC acreditam que a aprovação da mesma irá possibilitar um desempenho mais promissor do Superior Tribunal de Justiça, permitindo além da redução dos processos que lá chegam, também, qualidade nas decisões proferidas pelos ilustres ministros, pois terão mais tempo para analisar questões federais que versam sobre matérias realmente relevantes.

Ao ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o voto do relator, deputado Sandro Mabel foi pela admissibilidade da PEC 209/12. Porém, por se tratar de matéria especial, será preciso aguardar a votação do plenário.

4 ESTUDO COMPARATIVO DE OUTROS FILTROS RECURSAIS SEMELHANTES AO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DE N. 209/2012

Para analisar os reflexos da inserção de um novo requisito para admissibilidade do recurso especial é necessário antes que se faça um estudo sobre os filtros recursais anteriores como a “transcendência” no recurso de revista e a “repercussão geral” no recurso extraordinário. Analisar preliminarmente alguns pontos em comuns e a finalidade desses recursos destinados aos Tribunais Superiores.

4.1 O uso dos filtros recursais da transcendência no TST e repercussão geral no STF e seus reflexos

Entende-se por “recursos extraordinários” como sendo aqueles que se diferenciam dos recursos ordinários por terem sua fundamentação vinculada aos ditames da Constituição Federal, sendo assim, além da necessidade de apresentarem os pressupostos de admissibilidade regulares a todo e qualquer recurso, trazem pressupostos especialíssimos (SILVA apud PEDRON, 2011, p. 32).. Portanto, todos os recursos direcionados aos tribunais superiores deverão respeitar os requisitos impostos para serem conhecidos. E como espécies de recursos extraordinários existem o **recurso especial** para o Superior Tribunal de Justiça, o **recurso extraordinário** para o Supremo Tribunal federal e o **recurso de revista** interposto perante o Tribunal Superior do Trabalho.

O modelo jurídico brasileiro sofreu grandes influências do Direito norte-americano, especificamente no *Writ of error*, que posteriormente veio a ser substituído pelo *Wrti of certiorari*. (ASSIS apud PEDRON, 2011, p. 32)

Mas somente com a Constituição Republicana de 1891 é que passou a existir o instituto recursal no Brasil, com a finalidade de conferir ao STF o dever de preservar a norma superior. Num primeiro momento caberia ao Excelso tribunal zelar pela norma constitucional e infraconstitucional, até à promulgação da constituição de 1988, que passou a atribuir como competência do STJ à preservação das normas infraconstitucionais. Competência essa semelhante à atribuída ao TST, responsável por conhecer ou não o recurso de revista.

Todos esses recursos estão intimamente ligados por uma mesma característica, não cabe a nenhum deles rever fatos e provas, por não tratarem de questões fáticas, e sim por discutirem teses jurídicas:

“Todavia, traçar uma linha capaz de separar o que sejam questões de direito e questões de fato não é um trabalho fácil, como já observaram diversos juristas, chegando alguns a afirmarem a existência de uma teoria tricotômica. (*O recurso especial e a questão de fato: por uma teoria tricotômica*) como forma de superação do problema.” (KNIJNIK, 2002 apud PEDRON, 2011, p.42)

E com as mudanças no ordenamento jurídico trazidas pela EC n. 45/2004 e com o advento das leis n. 11.418/2006 e 11.672/2008, essas teses jurídicas a serem discutidas nesses recursos extraordinários deverão ultrapassar o interesse das partes, ou seja, alcançar a sociedade, transcender além dos interesses dos litigantes no processo.

Claro é o posicionamento dos processualistas brasileiros quanto à questão de estes tribunais superiores julgarem apenas teses jurídicas e não (re) analisarem questões de fato. Existe o posicionamento dos que afirmam em haver uma “discrecionalidade” por parte dos tribunais ao revisar as decisões proferidas pelos tribunais *a quo*, porém não é uma análise tão subjetiva assim, pois contará com o posicionamento de outros ministros para verificar se a causa-tese é relevante, se transcende ou repercute aos interesses das partes.

Esses recursos têm por principal objetivo manter a uniformidade da interpretação e aplicação do ordenamento constitucional, por meio do recurso extraordinário, e do ordenamento infraconstitucional através do recurso especial e recurso de revista. (PEDRON, 2011)

Para efeito comparativo sobre a finalidade desses recursos,

“Habermas (1998, p. 313) destaca que o Tribunal Constitucional alemão desempenha três funções básicas em âmbitos de competências distintos: (1) interceder para solucionar conflitos de competências entre órgãos estatais, inclusive entre o Governo Federal e Governos Estaduais; (2) exercer o controle de constitucionalidade das normas jurídicas; (3) se pronunciar sobre os recursos a ele endereçados, visando, com sua decisão, à busca de unificação e coerência do Direito. Logo, o Tribunal constitucional alemão (bem como os tribunais superiores brasileiros) não se limita a uniformizar as decisões, o que é atividade bem diferente da garantia de coerência do Direito. Isso porque a atividade de uniformização está mais preocupada com uma noção de “segurança jurídica” (aqui entendida como previsibilidade de decisões), portanto está voltada apenas para a dimensão de facticidade do Direito, virando as costas para as questões de validade, ou seja, a legitimidade da decisão a partir de critérios de aceitabilidade racional (HABERMAS, 1998, p. 311). Por isso mesmo, não basta aqui o proferimento de uma decisão pelo Tribunal, qualquer que ela seja, como queria o modelo

Kelseniano – suficiente para a garantia de uniformização – para que se tenha assegurada a coerência do Direito. Essa é uma dimensão bem mais complexa, como demonstra Dworkin (Império do Direito), e pode ser compreendida como uma *reserva que asegura que todas las normas se articulen en un sistema concertado y coherente que, por su propia Idea, solo permita para cada caso una única solución correcta.*” (HABERMAS apud PEDRON, 2011, p. 42)

E para garantir essa uniformização é necessário o esgotamento das instâncias recursais inferiores. Esse é o momento para os litigantes discutir a “(in) justiça da decisão prolatada”, não cabendo posteriormente nova análise de decisão pelos tribunais superiores. O que será possível para as questões de ordem pública, ou seja, aquelas que ultrapassem os desejos dos litigantes, se tratando agora de natureza objetiva, o que permite ao ordenamento jurídico determinar condições especiais para a admissibilidade desses recursos. As condições impostas ao Recurso Extraordinário estão previstas no art. 102, III, da CF./88; para o Recurso Especial no art. 105, III, da CF./88 e para o Recurso de Revista no art. 896, da CLT.

Uma das funções mais relevantes dos tribunais superiores, como o STJ e TST é permitir à uniformização da interpretação das leis infraconstitucionais, e com isso garantir o princípio da isonomia para dar o mesmo tratamento para causas idênticas. Entretanto, para que esses tribunais se posicionem é preciso que a parte demonstre no recurso especial ou recurso de revista divergência jurisprudencial de no mínimo dois tribunais. O método mais utilizado para a comprovação dessa divergência é a citação do julgado divergente, disponível na internet, com indicação da fonte, destacando a parte que diverge da decisão aplicada no tribunal de origem.

O primeiro tribunal superior a experimentar o uso de um filtro recursal parecido com a repercussão geral foi o TST, com a inserção de novo requisito de admissibilidade para o recurso de revista, estabelecido no art. 896-A, da CLT. Com a instituição desse novo requisito, é necessário além da demonstração dos outros já formalizados, a existência da “transcendência” específica da matéria debatida. Sendo esta de caráter **econômico, político, social ou jurídico**. Restaria a dúvida de como classificar as causas que transcendem os interesses individuais de um litígio. Gomes Junior (2002) entende por,

“a) Reflexos econômicos: quando a decisão possuir potencial de criar um precedente outorgando um direito que pode ser reivindicado por um número considerável de pessoas (alteração nos critérios para se considerar a correção monetária dos salários de determinada categoria, p. ex.); b) reflexos políticos: na hipótese de decisão que altere a política econômica (obrigatoriedade de aumento para os servidores públicos regidos pela CLT, p. ex); c) reflexos sociais: existirão quando a decisão deferir um direito ou indeferi-lo, e esta mesma decisão vier a alterar a situação fática de várias pessoas e, d) reflexos jurídicos: este é um requisito relevante, sob, vários aspectos. Será relevante a matéria deduzida no recurso de revista todas as vezes que for contrária ao que já decidido pelo TST ou estiver em desacordo de jurisprudência do STF. (PEDRON, 2011, p. 33)

A este propósito é valiosa a lição de Martins Filho, 2000:

“a) **transcendência econômica**: concebida como “a ressonância de vulto da causa em relação à entidade de direito político ou economia mista, ou a grave repercussão da questão na política econômica nacional, no seguimento produtivo ou no desenvolvimento regular da atividade empresarial”. Outra referencia de sua caracterização seria “uma causa de valor muito elevado”; b) **transcendência política**: diz respeito ao princípio federativo, principalmente “à harmonia entre os poderes constituídos”. A principal situação que ensejaria a apreciação do recurso de revista por presente à transcendência política seria a manutenção da uniformidade da jurisprudência trabalhista pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), evitando a instalação de disputas como as já conhecidas “guerras fiscais”, o que, no caso trabalhista caracterizar-se-ia pela migração de empresas e/ou trabalhadores atrás de melhores condições de lucro e remuneração, respectivamente; c) **transcendência social**: quando fosse possível constatar “a existência de situação extraordinária de discriminação, de comprometimento do mercado de trabalho ou de perturbação notável à harmonia entre capital e trabalho” e; d) **transcendência jurídica**: presente quando houvesse “o desrespeito patente aos direitos humanos fundamentais ou aos interesses coletivos indisponíveis, com comprometimento da segurança e estabilidade das relações jurídicas”. Seriam quatro as situações: (1) demandas resultantes da propositura de ações civis públicas que discutam interesses difusos ou coletivos; (2) processos nos quais haja participação do sindicato como substituto processual da categoria na defesa de direitos individuais homogêneos; (3) causas cujo objeto de discussão seja o desrespeito de fundamento maior, situação essa identificada por Martins Filho como ofensa ao Direito Natural; (4) processos oriundos de Tribunais Regionais do Trabalho que se recusem a acatar a jurisprudência pacificada do TST ou do STF.” (PEDRON, 2011, p. 34)

Diante do posicionamento dos autores Gomes Junior e Martins Filho, é possível perceber que ambos tentaram dar definições concretas a do que pode ser considerado causas transcendentais. Entretanto, ambos concordam que esses conceitos podem se dar de forma extensa, sendo impossível determinar o número de causas que versem exatamente sobre cada tipo de definição, atribuindo aos ministros do TST o poder discricionário de determinarem o que pode ser uma causa que apresente elementos relevantes ou não (PEDRON, 2011). Mas essa discricionariedade pode ser justificada em razão do princípio da supremacia do interesse público, vez que só caberá ao Tribunal Superior do Trabalho, bem como os outros Tribunais superiores analisarem o que realmente for valioso para a sociedade, do contrário não faria sentido o estabelecimento desse novo filtro recursal. Sendo assim, restaria à sociedade acreditar no posicionamento dos ministros para escolherem causas de interesse público.

Existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, em 14 de setembro de 2001, sob o número 2.527-9, com a alegação de violação de preceitos constitucionais, porém, ainda não há um posicionamento do Supremo Tribunal Federal em relação ao mérito da ADI, apenas determinou, liminarmente, que fossem suspensos os efeitos do instituto em comento.

A questão sobre a definição do que vem a ser causa de relevante valor econômico, político, social ou jurídico, já está pacificada segundo Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero (2007, p. 34-35), por entenderem como uma obrigação do tribunal conhecer o recurso que apresente causa cuja matéria se enquadre dentro de um dos quesitos de repercussão geral. De acordo com o estabelecido nos arts. 543-A e 543-B do CPC, o instituto da repercussão geral seria semelhante ao filtro da transcendência.

Tavares (2004) apud PEDRON, 2011, p. 42 assevera que:

“A repercussão estaria presente quando a questão constitucional fosse dotada do atributo da novidade e da multiplicidade, isto é, ela deverá ser inédita e sua decisão deverá ser útil para a resolução de diversos outros casos pendentes nos tribunais inferiores. Ora, tal tese apenas pode ser cogitada como adequada se for considerada também adequada à tese do processo objetivo nos tribunais superiores. Entretanto, isso acaba por deixar transparecer um

problema processual grave: os defensores dessa tese olvidam o fato de que o recurso extraordinário decorre sempre de uma causa, isto é, uma legação lesão ou ameaça de lesão a direito pelas partes do processo, a princípio do autor – e não de uma questão que pode ser resolvida em abstrato. Todavia, ainda assim, é possível afirmar que mesmo a apreciação judicial em abstrato, como acontece com as hipóteses de controle de constitucionalidade, constitui-se em discursos de aplicação e, por isso mesmo, depende de uma base fática, não se processando no vácuo (CRUZ, 2004, p. 246). Ao que parece, esse perfil elitista por parte do Judiciário, assumido principalmente pelo STF com a tese da natureza objetiva dos processos destinados a julgamento naquele Tribunal, é inclusive transportado para o processamento do recurso extraordinário. Assim, mesmo antes da arguição de repercussão geral ou da Súmula Vinculante, pode ser observado esse movimento, mais acentuado com (1) a Emenda Constitucional n. 3/93, que inseriu o instituto da Ação direta de Constitucionalidade (ADC) na ordem constitucional brasileira; e com (2) as Leis 9.868/99 e 9.882/99, que modificaram a lógica que se vinha desenvolvendo quanto ao controle de constitucionalidade, colocando o controle difuso em nítida subserviência ao controle concentrado.

Haverá repercussão geral de forma presumida, sempre que houver impugnação de decisão contrária à súmula ou jurisprudência dominante do STF, o que permite mais agilidade aos julgamentos, e se ficar decidida pela existência de repercussão geral, por *quorum* não inferior a quatro votos não será necessário levar à apreciação do Plenário.

Essa votação no STF é realizada por um Plenário Virtual, em que o ministro relator irá encaminhar para os outros ministros cópia da sua decisão, sobre a existência ou não da repercussão geral. Após o recebimento, deverá cada ministro se manifestar (eletronicamente) a respeito da decisão do ministro relator no prazo de 20 dias. Não se manifestando dentro do prazo, presumidamente entenderá pela existência de repercussão geral, tendo o relator de fundamentar ao final, sua decisão.

Caso o posicionamento do ministro relator seja diferente da maioria, ainda sim será responsável pela fundamentação dos votos dos outros ministros, devendo lavrar o acordam de acordo o art. 325 do RISTF. Essa característica do plenário virtual diferencia-se da prevista no art. 135 do RISTF, em que havendo divergência do voto do relator para a o voto da maioria a fundamentação deverá ser direcionada ao ministro que instaurou a divergência ou o revisor do relator do acórdão. Sendo

assim, toda vez que ocorrer conflito no posicionamento do ministro relator e dos demais, em caso de Plenário normal, a fundamentação será designada a um dos ministros que adotaram o posicionamento majoritário. (PEDRON, 2011)

O Ministro Marco Aurélio, de forma a solucionar a questão das divergências no quadro de votação fez a seguinte proposta:

“Levada ao Plenário virtual a manifestação fundamentada do relator sobre a existência ou não da repercussão geral, os demais ministros podem votar ***sem fundamentação desde que acompanhe o entendimento relatado***; o primeiro ministro a votar em sentido divergente deve fundamentar seu entendimento; todavia, ***aqueles que votarem após a instauração da divergência fundamentada, podem acompanhá-la sem necessidade de nova fundamentação.***” (PEDRON, 2011, p.35)

A solução para essa questão de funcionalidade foi dada pelo presidente do Supremo à época, Min. Gilmar Mendes e aprovada pelo tribunal. Ficou resolvido que o primeiro ministro que se posicionar de forma diferente, na votação feita pelo Plenário virtual, deverá fundamentar seu posicionamento divergente, via eletrônica. (PEDRON, 2011, p. 42).

Umas das principais críticas aos institutos da “transcendência” e “repercussão geral” é exatamente a questão de abrangência do conceito dado à uma causa de relevante, para tanto alguns autores tentaram elucidar algumas matérias que poderiam transcender no âmbito trabalhista.

Entretanto, o que se pode entender por questão federal relevante? Esse instituto já passou por diversas alterações até a definição prevista na Constituição de 1988 (PEDRON, 2011, p. 37). O art. 327 do RISTF dá a seguinte definição:

“[...] §1º Entende-se relevante a questão federal que, pelos reflexos da ordem jurídica, e considerados os aspectos morais, econômicos, políticos ou sociais da causa, exigir a apreciação do recurso extraordinário pelo Tribunal (grifos nossos).” (PEDRON, 2011, p. 37)

Ainda, de forma a contribuir para uma possível definição do que venha a ser “*questão federal relevante*”, Baptista (1976) apud PEDRON, 2011, p. 36-37, assevera,

“[...] A relevância, para esse efeito, será apurada especialmente do ponto de vista do interesse público. Em princípio, qualquer problema de aplicação da lei é de interesse público. Mas, na prática, muitas questões tem repercussão limitada às partes, ou a pequeno número de casos, e há problemas legais cujas consequências são muito reduzidas, mesmo para as partes, servindo antes como pretexto para manobras protelatórias ou que visem a subtrair o mérito do litígio ao direito aplicável. Muitas controvérsias sobre o direito processual estão compreendidas nesta última hipótese.”

Nesse ponto a aplicação da relevância seria de extrema valia, tanto para evitar que se perca tempo com “causas de menor importância” ou causas que não apresentem um interesse relevante para a coletividade, restringido apenas às partes. Permitindo, dessa forma a função do STF de “guardião da norma constitucional”.

Há posicionamentos de autores que defendem essa discricionariedade para que se permita melhor atuação dos ministros, deixando-os livres para desempenharem suas funções de controle e uniformização da interpretação da norma constitucional e federal (PEDRON, 2011, p. 37).

Segundo Iduna Weinert Abreu (1979) apud PEDRON, 2011, p. 43,

“A discricionariedade dentro dos limites da lei, é uma das prerrogativas da função jurisdicional; foi justamente, no sentido de consolidá-la, na exata medida em que deve ser atribuída aos seus pares, que o Supremo tribunal Federal, ao elaborar a emenda Regimental n. 3, introduziu o requisito da “relevância da questão federal”, elemento de natureza subjetiva das causas e destinado a funcionar como válvula de escape aos casos de não cabimento do recurso extraordinário de que tratem as letras **a** e **d** do inciso III do art. 119 da Constituição Federal.”

Entretanto, para alguns essa discricionariedade não é vista com bons olhos, sob a argumentação que teses aparentemente limitadas às partes, poderiam sim, ser importantes para o público (LEAL apud PEDRON, p. 37). Porém o conceito de público é muito expansivo, competindo aos julgadores em analisar subjetivamente o que realmente irá repercutir além dos litigantes da causa em questão.

4.2 A necessidade de inserção de novo filtro recursal para amenizar os efeitos da “crise do STJ”.

A crise vivida pelo o judiciário como um todo não se trata necessariamente de uma questão factual e sim ideológica (PEDRON, 2011), pois o que se verificou após anos de experimentos, que mesmo surgindo novos filtros o número de recursos só aumenta, devido a fatores como:

“(a) a progressiva massificação das relações econômicas e sociais, e a consequente massificação dos conflitos nelas surgidos, (b) o apogeu do Estado Social ou Previdência, que levou ao reconhecimento dos direitos sociais e à integração de grupos antes marginalizados à esfera da cidadania, (c) o reconhecimento dos direitos humanos de terceira geração, os chamados direitos de solidariedade, (d) o generalizado e cada vez mais intenso controle do Poder Judiciário sobre toda sorte de atos do poder político, fenômeno conhecido como judicialização da política, que tem por contraponto a politização da Justiça, (e) a ampliação das portas do acesso à justiça, por meio de mecanismos como a assistência judiciária, as defensorias públicas e os juizados especiais, (f) novas formas e técnicas de tutela jurisdicional, ajustadas às particulares exigências dos conflitos – as tutelas jurisdicionais diferenciadas, e (g) novos modelos de organização econômica e do poder decorrentes da globalização, que põem em cheque as estruturas sócio-econômicas tradicionais, etc.” (ABBUD, 2005, p. 108)

A necessidade de instituição de requisito como a relevância da questão federal para o STJ já fora questionada no Congresso Nacional em décadas anteriores, em relação a esse feito, o Min. Nilson Naves, presidente à época (2003), indagou:

“Perguntamos, ainda: o Superior Tribunal foi, de fato e de direito, instituído para cuidar de um sem-número de causas, tanto das questões federais de maior repercussão quanto das de menor repercussão?” (ALVIM, 2005, p. 81)

Semelhante e importante o posicionamento do Min. Costa Leite, no dia de sua posse como presidente do Superior Tribunal de Justiça em 2000:

“Ainda não se vive aqui, é bem verdade, uma situação caótica, veja-se que, dos 621.783 processos que chegaram desde a instalação, foram julgados 568.944. A parte remanescente corresponde ao trabalho de um semestre, pois o tribunal tem julgado cerca de 120.000 feitos por ano. Isso revela operosidade e admirável consciência profissional, entretanto indica claramente que, no futuro,

esta corte poderá inviabilizar-se, caso nada seja feito.” (ALVIM, 2005, p. 82)

Durante seu discurso ainda revelou:

“Não se justifica a atuação do superior, por exemplo, quando as partes estiverem discutindo o valor do aluguel de coisa locada. Seria diferente se a discussão versasse sobre o índice de correção de aluguel, aí se justifica a sua atuação, dada a repercussão federal”. (ALVIM, 2005, p. 82)

É possível perceber que a crise já estava prevista, mas que nada tão efetivo como a relevância da questão federal foi instituído para barrar o acesso de qualquer tipo de demanda ao Superior Tribunal.

Já em 2003 foi apresentada pelo então presidente do STJ, o Min. Nilson Naves, proposta de alteração do art. 105 da Constituição Federal:

“*Primeira*: “No recurso especial, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões federais discutidas no caso, a fim de que o Tribunal, pelas Turmas, examine a admissão do recurso, que somente poderá ser recusada pelo voto de dois terços dos membros da Turma”; *segunda*: “A lei estabelecerá casos de inadmissibilidade do recurso especial.” (ALVIM, 2005, p. 82)

É necessário que se faça algo para filtrar de maneira efetiva os recursos a serem apreciados pelo Superior Tribunal, pois ao fazer uma análise econômica do direito (ou *Law and Economics*), verifica-se que os litigantes são pessoas racionais, e ao perceberem a possibilidade de ganhos maior que prejuízos, sempre interporão recursos, sejam eles para alcançar o mérito em questão ou simplesmente para postergar a execução de uma obrigação. Isso ocorrerá principalmente:

“Se os custos processuais e os ônus sucumbenciais forem baixos e os precedentes judiciais erráticos, o sistema processual poderá criar incentivos à propositura de ações descabidas. Ou seja, o sistema processual acaba colocando em cheque o próprio direito material (assim entendidos os contratos, a propriedade e, inclusive, as relações familiares).” (TIMM; TRINDADE, 2009, p. 155)

Diante o exposto, verifica-se que o meio processual, por vezes pode não estar sendo utilizado por litigantes que realmente tem um interesse em por fim à demanda, e sim prolatar ao máximo as decisões proferidas pelos tribunais de

primeira instância, o que foge do propósito de se fazer valer das garantias fundamentais estabelecidas na Constituição. E o problema é a externalidade desses comportamentos distorcidos, que acaba ocasionando o congestionamento de recursos nos Tribunais superiores.

Como exemplo do que foi dito, destaca-se as demandas em que a União figura como parte nos litígios, principalmente em causas que versem sobre mercado de crédito, em que muitas das vezes os demandantes interpõem recursos apenas com o propósito de procrastinar a causa. Importante o posicionamento de Castelar Pinheiro, 2003:

“Consistentemente com a visão de que o uso da justiça como meio de protelar decisões é particularmente comum em causas tributárias, os magistrados entrevistados observam que esse tipo de comportamento também é muito frequente de parte do setor público, particularmente quando a União é uma das partes envolvidas. Também nesse caso, deveria se procurar a implantar medidas que desencorajassem este tipo de comportamento, possivelmente através da mudança de normas seguidas pelos advogados do setor público. Além disso, considerando que na maior parte dos casos em que o setor público é uma parte envolve um número limitado de disputas – 86.000 casos julgados pelo STF em 2000 diziam respeito a pouco mais de 100 temas diferentes – medidas que vinculem as decisões de tribunais inferiores às decisões, por exemplo, do STF, em casos anteriormente julgados, deveriam acelerar o trâmite de processos e reduzir o ganho daqueles que usam o sistema judiciário de má-fé...” (TIMM; TRINDADE, 2009. p.162)

Um ponto crucial levantado na pesquisa do prof. Castelar é o número de temas diferentes, levados à Suprema Corte. Se se cabe à mesma analisar somente violações constitucionais, e nesse âmbito existe tamanha variação de assuntos, o que dizer das leis infraconstitucionais, que além de muitas, estão passíveis às diversas interpretações dos nossos magistrados.

Feita uma comparação com o instituto da “arguição da relevância” é possível perceber a ineficácia desse filtro diante os casos novos que surgiam a cada sessão. O Min. Sanches (1988, p. 262) em desabafo: “Anoto que, praticamente em cada sessão surge um verbete novo, que, mediante acolhimento de arguição de relevância, permite o acesso de novas dezenas ou centenas de recursos

extraordinários. [...] Devo admitir que o sistema encontrado não é o ideal.” (PEDRON, 2011, p. 38).

Entretanto, a arguição da relevância não teve tanto sucesso porque a decisão de negativa não era fundamentada, por se tratar de requisito estabelecido em período da ditadura militar, e por esse motivo cabia reclamação para o mesmo órgão julgador, tendo o STF de rever sua decisão, mesmo que fosse para confirmar o feito.

Essas queixas feitas pelos então Ministros não são recentes, as mesmas foram verificadas ao longo da existência do estabelecimento da arguição da relevância, prova que mesmo depois de sua inserção como filtro recursal, as reclamações permaneceram mesmo diante de resultado favorável demonstrado estatisticamente por um dos maiores defensores do instituto, o Min. Martins Filho (2000, p. 51) – “apenas 5% das arguições interpostas chegaram a ser acolhidas, sendo que 20% foram rejeitadas por defeito no instrumento.” (PEDRON, 2011, p. 38).

Com o advento da Constituição Federal de 1988 foi inserido um novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, a repercussão geral. Levando em consideração que o instituto já foi devidamente regulamentado pela lei federal 11.418/2006, resta analisar outro ponto relevante: que tipo de causa será passível de reconhecimento de repercussão geral? Toda causa, num primeiro momento teria relevância, levando em consideração a necessidade de 2/3 dos ministros para dá a negativa de repercussão geral, e conseqüentemente não conhecer o recurso extraordinário.

A lei é alocada no meio social com objetivo de proteger a sociedade das injustiças do Estado e do próprio particular. A decisão de uma causa inter-partes por si só já tem um interesse público, tendo em vista que essa mesma solução poderá refletir em outras causas semelhantes. De outro modo, Calmon Passos (1977), assegura que:

“Com referência a cada norma de Direito administrativo ou Penal, tipicamente ramos de Direito Público, pode-se determinar a

existência de um interesse particular cuja proteção é objeto da norma. Todo preceito jurídico, por conseguinte, é expressão de um interesse público e protege um interesse particular.” (PEDRON, 2011, P. 38)

O recurso existe para que a parte que sentir-se “injustificada” com a decisão possa ter sua tese revisada por outro tribunal. E por se tratar de uma ferramenta de proteção de direito violado, não pode esse direito assegurado pelo princípio do devido processo legal ser sobreposto aos anseios da racionalização processual (PASSOS apud PEDRON, 2011, p. 43).

Passos (1977) apud PEDRON, 2011, p. 38-39, complementa:

“Se toda má aplicação do direito representa gravame ao interesse público na justiça do caso concreto (único modo de se assegurar a efetividade do ordenamento jurídico), não há como se dizer irrelevante a decisão em que isso ocorre. A questão federal só é irrelevante quando não resulta violência à inteireza e à efetividade da lei federal. Fora isso, será navegar no mar incerto do “mais ou menos”, ao saber dos ventos e segundo a vontade dos deuses que geram os ventos nos céus dos homens. Logo, volta-se ao ponto inicial. Quando se nega vigência à lei federal ou quando se lhe dá interpretação incompatível, atinge-se a lei federal de modo relevante e é do interesse público afastar esta ofensa ao Direito individual, por constituir também uma ofensa ao Direito objetivo, donde ser relevante a questão que configura.”

O autor traz uma reflexão sobre o interesse público e privado, que um não pode está para o outro, ambos devem caminhar lado a lado. Dessa forma, o mecanismo adotado seja a transcendência ou a repercussão geral, para conhecimento ou não do recurso, se trata de uma questão interna do direito e não com o propósito de análise subjetiva do “bem da vida”.

A integridade do Direito pensada e questionada por Ronald Dworkin (1999), só será alcançada quando os Tribunais superiores atuarem de acordo à realidade da sociedade e aplicarem soluções efetivas, que venham mostrar o direito como garantia fundamental e que os outros se moldem a partir das decisões prolatada por estes.

Dworkin, assim como Calmon Passos, acredita que a matéria debatida em uma lide ultrapassa os envolvidos no processo, e que além de atraí-los para uma

discussão sobre o assunto, tendo um reflexo imediato, uma decisão “correta” irá repercutir em diversas causas futuras e semelhantes, desenvolvendo nos interessados comportamentos condicionados a estas decisões, portanto, não existe matérias que se restringe somente às partes, todas tem influência no mundo jurídico e social (PEDRON, 2011).

Barbosa Moreira (1991) apud PEDRON, 2011, p. 41, já fazia a diferença entre juízo de admissibilidade e juízo de mérito, e analisar se o recurso traz ou não repercussão geral, na verdade, adentra ao mérito, vez que a matéria sofrerá expiação. O que poderá acarretar sérias consequências para as partes, uma vez que preenchidos todos os pressupostos “extrínsecos” (tempestividade, preparo, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer) e se não demonstrado a repercussão geral o recurso não será conhecido, fazendo com que a análise de admissibilidade se confunda com a de mérito, pois se todos os pressupostos de cabimento forem satisfeitos, mas não o da repercussão geral será perda de tempo do recorrente.

Entretanto, essa questão de análise de admissibilidade e de mérito em nada irá influenciar no que diz respeito ao “acesso à justiça”, tendo em vista que a justiça brasileira é por demais rica em órgãos de apreciação e revisão de decisões de mérito, como os juizados especiais, a justiça estadual e federal (ALVIM, 2005, p. 109), portanto, é necessário que se permita aos Tribunais superiores disponibilidade para discutir questões de suprema importância para a sociedade.

O direito de recorrer da parte além de ser uma garantia de ter uma revisão da decisão proferida, para modificar, corrigir ou esclarecer algum ponto que tenha ficado obscuro, é também o meio de buscar uma decisão judicial “correta”.

Não é possível vislumbrar com “bons olhos” a adoção do “processo objetivo”, por acabar não permitindo a participação dos verdadeiros legitimados, uma vez que os recursos que versem sobre mesma causa ou semelhantes serão “julgados em blocos”, com o objetivo de racionalizar o sistema jurídico processual (PEDRON, 2011)

De acordo a teoria habermasiana, cabe aos tribunais superiores garantir a correta interpretação da Constituição e das leis federais. Entretanto, alguns juristas não veem os recursos para os Tribunais superiores como um prolongamento da prestação jurisdicional, bem como, que o julgamento dos “casos em blocos” ou “repetitivos” só é possível diante de coisa julgada ou litispendência.

E por falar em causas repetitivas, num primeiro momento, com o estabelecimento do procedimento dos julgados em repetitivos resolveu substancialmente o problema do STJ, quando,

“No final de 2010, tudo levava a crer que o Superior Tribunal de Justiça estava a um passo de zerar seu extraordinário estoque de processos, como consequência natural da Lei de recursos Repetitivos e da nova dinâmica imposta pela digitalização dos processos, o fantasma do acúmulo de ações a ser julgados em um tribunal em que tudo é superlativo ressurgiu com força total. Em 2011, chegaram à corte 291 mil processos, superando em 62 mil casos os distribuídos no ano anterior...” (ANUÁRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 108)

Outro fator ligado a custo-benefício, sob a óptica econômica do direito, está estritamente atrelado ao advogado, que por uma questão de “lucros” bem como publicidade ou “fama”, atua veemente na interposição de recursos. O problema é que muitas das vezes para cumprir o anseio de seus clientes acabam por contribuir com o “inchaço” de processos que chegam aos Tribunais superiores (TIMM e Trindade, 2009, p. 161).

Ainda ligado à questão econômica à falta de incentivos dos magistrados acaba por contribuir para constante crise, pois após a aprovação em concurso público e depois alcançada a estabilidade, não existe uma política de incentivo financeiro para esses profissionais, para despertar nestes a mesma pro atividade de um advogado associado, tendo em vista que não existe diferença entre um magistrado de início e final de carreira. Da mesma forma, não se verifica incentivos no que diz respeito à qualificação de juízes, uma política de valorização do trabalho desenvolvido, como por exemplo, uma promoção para quem tem menor número de decisões reformadas ou para os que façam cursos de especialização. Existe um estudo que mostra que “aproximadamente 20% dos desembargadores do Tribunal de justiça do Rio Grande do Sul – que pressupõe-se, sejam os mais qualificados

magistrados do Estado – tem estudos de pós graduação” (TIMM e TRINDADE, 2009, p. 163).

É possível concluir que as inovações para os Tribunais Superiores são devidas às mudanças trazidas pela constante evolução do comportamento humano e suas relações de consumo, trabalhistas, sociais etc. Com a uniformização de jurisprudências e decisões paradigmáticas, é possível diminuir o interesse pelos recursos (TIMM; TRINDADE, 2009, p. 163), na verdade, as decisões de negativa de relevância da questão federal dos recursos analisados irá limitar o acesso às causas de menor importância ao STJ.

É preciso olhar as decisões proferidas pelos ministros do STJ como “bens públicos”, tendo em vista o alcance da decisão, que irá atingir além das partes interessadas, tanto aqueles que já interpuseram recursos como os que possivelmente poderiam recorrer, e com isso racionalizar a prestação jurisdicional e tornar o sistema jurídico eficiente (TIMM; TRINDADE, 2009, p. 166).

Dessa forma, tendo às decisões forma de bem público é possível prevenir através da criação de mecanismos inibidores capazes de coibir demandas de caráter meramente protelatório, sem relevância para a sociedade como um todo, ou ainda, de questões já pacificadas pelo Tribunal, evitando gastos inadequados do poder público e comportamentos distorcidos por parte das partes e advogados.

Nessa senda, as decisões dos tribunais superiores, em especial, do Superior Tribunal de Justiça, assumem duas funções especiais, servem de parâmetro para os tribunais e justiças inferiores, bem como, podem ser vistas como diretrizes para o comportamento dos indivíduos que buscam o judiciário para dar soluções aos seus conflitos, influenciando tanto o setor econômico das transações judiciais como no âmbito da informação, e conseqüentemente diminuindo o número e recursos que chegam por dia ao STJ.

CONCLUSÃO

Ao longo da trajetória do Superior Tribunal de Justiça foram tomadas várias tentativas como a criação de súmulas, jurisprudências e a adoção de julgados em repetitivo, instituído pela Lei 11.672/08, com o intuito de frear a interposição desgovernada de recursos.

Quando pensaram na criação de um novo Tribunal para diminuir a demanda do STF, deixaram de prever a necessidade de criação de filtro capaz de separar causas verdadeiramente relevantes para a sociedade das de interesse individual, ou seja, causas cujos efeitos da decisão ultrapassasse os interesses das partes.

A respeito da instituição da repercussão geral para o recurso extraordinário e o não estabelecimento para o recurso especial os professores Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Arruda Alvim Wambier e José Miguel Garcia Medina, criticam:

“é surpreendente, todavia, que tenha entendido o legislador constitucional deverem-se distinguir questões relevantes das não relevantes no plano do direito constitucional e não do plano da lei federal, como se tudo o que constasse da lei federal fosse relevante...” (CARNEIRO, 2008, p. 218)

Dai a necessidade de ver as decisões dos tribunais superiores como “bens públicos”, pois estas trarão liames para o comportamento de todos os indivíduos de uma sociedade. E aqui não deve ser vislumbrado um contraponto, em que as causas de interesse público estejam sobrepostas às de interesse privado, ambas andarão lado a lado, porque uma matéria debatida em determinada causa, pode num primeiro momento parecer de interesse individual, entretanto o reflexo dessa decisão poderá atingir planos muito superiores, como por exemplo as decisões proferidas no âmbito de Direito do Consumidor.

Também, por uma questão de economia processual os litigantes tendo decisões materializadas e pacificadas nos Tribunais Superiores poderão analisar as perdas e ganhos e se manifestar com mais segurança, possibilitando além da racionalização a efetividade do sistema judiciário brasileiro como um todo.

Entretanto, é necessário que seja criado mecanismos de punição para aqueles que tem por único objetivo protelar o tempo e com isso acabam por abarrotar 'a maquina judicial.

Conclui-se que a criação de novo "filtro" recursal para o recurso especial seja uma das saídas para no mínimo, amenizar os efeitos da "crise" vivida pelo Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, a Relevância da questão federal não será apenas um filtro, como também trará segurança jurídica para as partes e advogados, tendo em vista que todos os processos serão analisados da mesma forma, não permitindo 'a discricionariedade daqueles que trabalham na seleção dos recursos.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Arruda. A Emenda Constitucional 45 e a Repercussão Geral. *Revista de Direito Renovar*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 75-142, jan./abr. 2005.
- ABREU, Iduna Weinert. A arguição de relevância da questão federal. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 16, n. 61, jan./mar. 1979.
- ANUÁRIO DA JUSTIÇA. De volta ao começo: demanda volta a crescer e ameaça competência original do tribunal de uniformizar jurisprudência no país. *Consultor Jurídico*, São Paulo, n. 15, p. 108-171, 2012.
- ASSIS, Araken. *Manual dos recursos*. 2. ed. São Paulo: RT, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 16 maio 2013.
- BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. Código de processo civil. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em 30 de maio 2012.
- CARNEIRO, Diogo Ciuffo. Os requisitos de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário e a sua ilegítima utilização como filtros recursais. *Revista de processo*, São Paulo, v. 33, n.160, p. 205-232, jun. 2008.
- DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo, São Paulo, ed. Martins Fontes, 1999.
- GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. O pressuposto da transcendência no recurso de revista: art. 896-A da CLT: considerações iniciais. *Síntese trabalhista*, v. 13, n. 149, p. 115-127, nov. 2001.
- HABERMAS, Jurgen. *Facticidad y validez*: sobre el derecho em términos de teoria del discurso. Madrid: Trotta, 1998.
- KNIJNIK, Danilo. *O recurso especial e a questão de fato por uma teoria triconomica*, São Paulo, USP, 2002, Tese (doutorado) – Faculdade de direito, universidade de São Paulo, 2002.
- MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Repercussão geral no recurso extraordinário. São Paulo: RT, 2007.
- MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. O critério de transcendência nos recursos de revista: projeto de lei n. 3.267/2000. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 66, n. 4, p. 41-62, out./dez.2000.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Juízo de admissibilidade e juízo de mérito no julgamento do recurso especial*: recursos no Superior Tribunal de Justiça, São Paulo: Saraiva, 1991.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. Da arguição da relevância no recurso extraordinário. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 73, n. 259, p. 11-22, jul./set. 1977.

PEDRON, Flávio Quinaud. A EC n. 45/2004 e a inconstitucionalidade dos filtros da transcendência e da repercussão geral. *Revista CEJ*, Brasília, a. XV, p. 31-44, abr./jun. 2011.

PINHEIRO, Armando Castelar. *Judiciário, reforma e economia: a visão dos magistrados*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Texto para discussão 966. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2013.

SILVA, Ovidio A. Batista da; GOMES, Fábio Luiz. Teoria geral do processo civil. São Paulo: RT, 1997.

SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e à rescisória*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TAVARES, André Ramos. Recurso extraordinário: modificações perspectivas e propostas. In: COSTA, Hélio Rubens Batista Ribeiro; RIBEIRO, José Horácio Halfeld Rezende; DINAMARCO, Pedro da Silva (Coord.) *Linhas mestras do processo civil: comemoração dos 30 anos de vigência do CPC*. São Paulo: Atlas, 2004.

TIMM, Luciano Benetti; TRINDADE, Manuel Gustavo Neubarth. As recentes alterações legislativas sobre os recursos aos Tribunais Superiores: a repercussão geral e os processos repetitivos sob a ótica da Law and economics. *Revista de processo*, São Paulo, v. 34, n.178, p. 153-179, dez. 2009.

VIANA, U.S. *Repercussão geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. São Paulo: Saraiva, 2010.